



1 ESTADO DE SANTA CATARINA

2 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3 CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE - CONJUVE/SC

4

ATA DA 35ª REUNIÃO DO CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE - CONJUVE

1

2 Ata da Trigésima Quinta Reunião do Conselho Estadual da Juventude –  
3 CONJUVE que aconteceu aos dezanove dias do mês de março de dois mil e vinte e  
4 um às quatorze horas por meio da plataforma virtual google meet pelo link  
5 <http://meet.google.com/yth-kdgc-ink>, sendo transmitida e gravada pelo canal da  
6 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social no Youtube (link: [https://](https://www.youtube.com/channel/UCxbWFJczGrUtOjGajvD2LGA)  
7 [www.youtube.com/channel/UCxbWFJczGrUtOjGajvD2LGA](https://www.youtube.com/channel/UCxbWFJczGrUtOjGajvD2LGA)). Estavam presentes os  
8 conselheiros na 35ª Reunião Ordinária do CONJUVE : Kátia Aparecida de Camargo  
9 (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social- SDS), Ivanda Masson (Secretaria  
10 de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural -SAR), Samara  
11 Freitas da Silva (Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento  
12 Rural -SAR), Ingrid Eulália Bonin Valério (Secretaria de Estado da Administração  
13 Prisional e Socioeducativa -SAP), Euler Botolo Ganancia (Secretaria de Estado da  
14 Administração Prisional e Socioeducativa -SAP), Adriana Maria da Silva Rubini  
15 (Secretaria de Estado da Saúde -SES), Mariana Taube Romero (Secretaria de Estado  
16 da Educação -SED), Donizete de Souza Bittencourt (UDESC), Maureen Albina  
17 Gonçalves (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável -SDE),  
18 Éder Antônio Tochetto (Federação dos Trabalhadores (as) na Agricultura Familiar de  
19 SC - FETRAF), Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza Carlos  
20 de Souza (Pastoral da Juventude -PJ), Felipe Candin dos Santos Fuentes (Cáritas  
21 Brasileira Regional de Santa Catarina), Brenda Neves Rodrigues (Juventude do  
22 Partido dos Trabalhadores -JPT), Silney de Aquino Silva Junior (Federação das  
23 Associações de Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual em SC -  
24 FAMPESC), Piterson Santana (Federação das Associações de Micro e Pequenas  
25 Empresas e do Empreendedor Individual em SC - FAMPESC), Adriano Vanderlei  
26 Michelotti Rodrigues (Central Única dos Trabalhadores -CUT), Pricila Cristina Baade  
27 (Central Única dos Trabalhadores -CUT), Adrieli Albertti (Instituto Catarinense de  
28 Juventude -ICJ). Também estavam presentes : Tamara Regina Campos Pinheiro  
29 (União Catarinense dos Estudantes - UCE) e Noemia Schuch Wickert - Secretária do  
30 CONJUVE. Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza,  
31 apresentou os seguintes pontos de pauta: **1) Composição e o Grupo de Trabalho de**  
32 **Legislação:** o Presidente em exercício lembrou que a composição é formada por:  
33 Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza, Silney de Aquino  
34 Silva Junior (Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas e do  
35 Empreendedor Individual em SC - FAMPESC), Brenda Neves Rodrigues (Juventude  
36 do Partido dos Trabalhadores -JPT), Mariana Taube Romero (Secretaria de Estado da  
37 Educação -SED) e Samara Freitas da Silva (Secretaria de Estado da Agricultura, da  
38 Pesca e do Desenvolvimento Rural -SAR), que estava ausente na reunião até o  
39 momento, o Conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de  
40 Souza comentou que o grupo fez o regimento interno e a lei foram feitas as alterações  
41 pertinentes, além do processo de discussão, em relação a lei o grupo já está com ela  
42 finalizada. Neste momento estão discutindo em relação ao regimento interno do  
43 conselho, solicitou ao GT de legislação se gostaria de falar alguma coisa. Mariana  
44 Taube Romero (Secretaria de Estado da Educação - SED) acho que é isso quando  
45 nós formos submeter o documento ao grupo maior a gente traz as dúvidas, que estão  
46 surgindo questões mais polêmicas, mas a maior parte das questões o grupo está  
47 conseguindo chegar ao consenso, é isso mesmo. Vamos finalizar primeiro e trazer  
48 para o grupo depois, Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza  
49 disse que é nesse momento era para o grupo estar apresentando os dois documentos  
50 ao pessoal, como está muito corrido teve reunião extraordinária e uma série de coisas  
51 para ser discutido dentro do conselho não houve tempo hábil para discutir esses  
52 documentos, então a gente vai trazer na próxima plenária com mais da metade do



## 5 ESTADO DE SANTA CATARINA

### 6 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

#### 7 CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE – CONJUVE/SC

8

53 regimento interno discutido. Teve uma indagação dos conselheiros governamentais se  
54 não haveria outro conselheiro governamental que poderia fazer parte do grupo visto  
55 que somos três da sociedade civil e dois do governo, com a exoneração da Kátia  
56 Ricardo da Silva (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social) que era a  
57 presidente até então, a partir da exoneração dela o grupo ficou apenas com dois  
58 conselheiros governamentais se tivesse alguém para se juntar seria muito  
59 interessante, não sei se alguém se habilita e se dispõe, eu acho que depois a Mariana  
60 Taube Romero (Secretaria de Estado da Educação – SED) pode perguntar no grupo  
61 dos conselheiros governamentais, acho que a gente pode conversar depois de alinhar  
62 com os representantes para igualar. Penso que sim penso que a gente pode depois  
63 conversar para ter essa representatividade na comissão. Presidente em exercício do  
64 CONJUVE Gabriel Carlos de Souza a gente tinha feito até para dar um retorno para o  
65 conselho a gente tinha feito uma indicação, o conselho tinha enviado para enviarmos  
66 um ofício, porém não lembra o nome da pessoa que foi sugerida pela Mariana Taube  
67 Romero (Secretaria de Estado da Educação – SED), a pessoa respondeu pra gente  
68 recusando, se alguém tiver alguma dúvida frente ao encaminhamento desse ofício a  
69 gente pode solucionar a questão. Kátia Aparecida de Camargo (Secretaria de Estado  
70 do Desenvolvimento Social – SDS) falou que o convite foi para ela, Presidente em  
71 exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza comentou que a Kátia é da  
72 Consultoria Jurídica – COJUR/SDS, na última plenária tinha sido indicada e que fosse  
73 enviado esse ofício e obtemos essa resposta. **2) PL Auxílio Emergencial em Santa**  
74 **Catarina:** Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza comentou  
75 que esta pauta seria a pedido do conselheiro Lucene Cândido Magnus (União  
76 Catarinense das e dos Estudantes –UCE) que não está presente, a gente pode pular e  
77 caso o mesmo venha estar presente a gente coloca em pauta novamente. Mas de  
78 todo modo eu posso apresentar também sem nenhum problema, porque também  
79 tenho feito parte, passou a palavra para a Secretária do CONJUVE – Noemia Schuch  
80 Wickert, já que vocês estão nesse ponto de pauta ainda ali do grupo de legislação, a  
81 Gerente da GECAJ – Neylen Bruggemann Bunn Junckes solicitou que fosse lido aqui,  
82 o despacho da COJUR sobre a questão da alteração da lei do conselho, então é o  
83 momento propício de estar socializando com o conselho porque assim isso já foi  
84 abordado no conselho. Mas a pedido da gerente ela solicitou a leitura desse parecer  
85 aqui na plenária, sobre a questão hoje na lei vigente do conselho ali na composição do  
86 grupo, o governo é a coordenadoria estadual da juventude que está ali como membro  
87 do governo no conselho, então com a reforma administrativa isso foi questionado em  
88 27 de fevereiro de 2021, e como ficaria essa cadeira no governo, o despacho nº 22 de  
89 2020, colocou que a coordenadoria estadual da juventude foi substituída pela gerente  
90 estadual da juventude que a Gerência de Políticas para Crianças, Adolescentes e  
91 Jovens - GECAJ, pela reforma administrativa implementada através da Lei  
92 Complementar nº 741 de 2019, assim sendo a Lei nº 16.865 de 12 de janeiro de 2016,  
93 deverá sofrer alteração para regularizar a sua representação governamental no art. 3º  
94 alínea "h", além de outros órgãos que foram extintos ou transformados, então que  
95 essa comissão se atente a isso, vão investigar a coordenadoria estadual da juventude  
96 ou a gerência, Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza essas  
97 correções já foram feitas na lei e no regimento interno inclusive já foi automático. A  
98 pergunta sobre as secretarias, quais as secretarias seriam substituídas, então ficou a  
99 cargo das conselheiras Mariana Taube Romero (Secretaria de Estado da Educação –  
100 SED) e Samara Freitas da Silva (Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do  
101 Desenvolvimento Rural -SAR) ficaram de trazer depois para uma outra reunião dessa  
102 comissão, quais seriam as secretarias que foram substituídas, por exemplo hoje a  
103 extinção da SOL, há uma dúvida em relação a quem ficou com o Turismo, e se não  
104 seria mais interessante convidar outras pastas que talvez fizesse mais sentido pro  
105 CONJUVE, como cultura, esporte, enfim a gente entrou nessa discussão também, não  
106 sei se precisa fazer uma devolutiva sobre esse ofício para a Gerente da GECAJ. Se



## 9ESTADO DE SANTA CATARINA

10SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

11CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE – CONJUVE/SC

12

107precisar a gente pode encaminhar para o próprio GT fazer essa devolutiva, já tinha  
108feito essa devolutiva oral também, mas se precisar por escrito a gente pode aprovar  
109aqui e o GT faz. A Secretária do CONJUVE – Noemia Schuch Wickert disse que não  
110foi a Gerente da GECAJ que mandou um ofício, mas solicitou que fosse lido esse  
111parecer do jurídico que foi dado no ano passado, pra deixar o GT da legislação ciente  
112quanto a isso. A mesma disse que pode encaminhar o referido parecer para o GT. O  
113conselheiro Silney de Aquino Silva Júnior (Federação das Associações de Micro e  
114Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual em SC - FAMPESC) colocou que  
115é importante entender porque foi solicitado isso ano passado. Pois no ano de 2019 foi  
116solicitado, mas o motivo não tinha muito haver com a questão da legislação, claro se  
117está na lei ali foi por causa da formação do conselho governamental que tinha na  
118época, então ele pouco tinha haver com o GT. A época ele tinha haver com a  
119necessidade de quem é que vai estar representando e pode assinar a ata, quem pode  
120ser conselheiro, o que podia ou não podia, então só para deixar lembrado o motivo  
121que se solicitou a época. A Secretária do CONJUVE disse que estava conversando  
122com a Gerência da GECAJ sobre o trabalho das comissões, a comissão de legislação  
123fez três reuniões, estão discutindo a alteração da lei e elaboração do regimento  
124interno, a título de registro aqui dentro do conselho a gente sugere, quero ver com  
125você, com a comissão de estar fazendo um tipo de formulário para preencher a data  
126que a comissão se reúne, a data e o objetivo, que é discutido na reunião, em linha  
127gerais, os encaminhamentos, e quem estava presente, para ter um registro e arquivar  
128isso na secretaria do conselho, porque se futuramente for questionado alguma coisa  
129pelo Ministério Público ou outra instância quanto a questão ao que é preciso alterar a  
130lei, mexer na lei a comissão de legislação está fazendo isso, o conselho está fazendo  
131isso. Isso é uma prova pra mostrar que o conselho está fazendo então eu solicito pra  
132você se eu posso fazer esse modelinho e encaminhar a comissão para fazer esse  
133registro de todas as datas que vocês se reuniram e encaminhar para a secretaria do  
134CONJUVE. O conselheiro Silney de Aquino Silva Júnior (Federação das Associações  
135de Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual em SC - FAMPESC)  
136disse que é uma boa sugestão. O Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel  
137Carlos de Souza e Mariana Taube Romero (Secretaria de Estado da Educação – SED)  
138colocaram que é até bom a gente lembrar que essa é uma comissão que por mais que  
139tenha feito, alinhado, ela é uma comissão informal porque a gente não tem a divisão  
140de no nosso regimento, então claro que legalmente que a gente está fazendo é uma  
141reunião de conselheiros que não tem validade nenhuma, entende o que eu quero  
142dizer, eu acho justo ter esse registro técnico pra que a gente tenha o histórico do  
143conselho, embora eu acho que legalmente não vai ter diferença. A conselheira  
144Mariana Taube Romero (Secretaria de Estado da Educação – SED) disse que como  
145não tem assim um registro legal uma ata propriamente dita não tem como a gente  
146fazer porque não é uma comissão oficialmente instituída, mas esse documento já vai  
147nos ajudar ter um registro sim, essa tabela como vocês fizeram Noemia. De alguma  
148maneira são registros que tem das reuniões, dos encontros de como está sendo  
149construída essa legislação, que é bem pertinente, Conselheiro Presidente em  
150exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza, podemos passar para o próximo  
151ponto de pauta ou alguém tem mais algum assunto para tratar referente ao GT, ou  
152queira fazer alguma indagação. **3) Socialização da Reunião Projeto Monitoramento**  
153**de Violações de Direitos Humanos no Contexto da COVID-19 (SC o caso das**  
154**mortes de 12 jovens pela Polícia Catarinense, no Morro do Mocotó em**  
155**Florianópolis, ocorrida em**  
156**2020)** - Conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza  
157disse que há um projeto de monitoramento das violações dos direitos humanos e,  
158outros conselhos têm participado assim como outras entidades não governamentais  
159também e, propriamente governamentais pelo monitoramento desses casos, foram  
160doze jovens mortos numa localidade aqui de Florianópolis, e está sendo proposto que



13ESTADO DE SANTA CATARINA

14SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

15CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE – CONJUVE/SC

16

161se comece observar isso, quem participou da reunião os conselheiros Brenda Neves  
162Rodrigues (Juventude do Partido dos Trabalhadores – JPT), Gabriel Carlos de Souza  
163– Pastoral da Juventude – PJ/ Presidente em exercício do CONJUVE/SC), Samara  
164Freitas da Silva (Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento  
165Rural -SAR), esta que havia pedido para a criação deste ponto de pauta, que ela  
166queria fazer uma partilha e até mesmo aprovar nossa participação. Nós recebemos o  
167convite, mas legalmente não foi aprovado aqui em plenária essa participação deste  
168projeto, no entanto a conselheira Samara está ausente na reunião. Brenda Neves  
169Rodrigues (Juventude do Partido dos Trabalhadores – JPT) disse que pra ser sincera  
170acha que não foi eu que participei mas a repressão policial tenho acompanhado já faz  
171um tempo uns dois anos, de ouvir esses jovens que estão sendo inclusive de  
172comunidade e, é importante que a gente dê atenção a isso e fazer com que a gente  
173mobilize os jovens da comunidade e também conversar com esses policiais, não sei  
174qual é a proposta, talvez fazer algum projeto. Samara Freitas da Silva (Secretaria de  
175Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural -SAR) chegou na  
176reunião, e o Conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de  
177Souza falou que a gente está no ponto de pauta sobre o morro do Mocotó, o  
178monitoramento das violações dos direitos humanos, a Brenda Neves Rodrigues  
179(Juventude do Partido dos Trabalhadores – JPT) fez a contribuição dela e passou a  
180palavra à Conselheira Samara Freitas da Silva (Secretaria de Estado da Agricultura,  
181da Pesca e do Desenvolvimento Rural -SAR) desculpe pelo atraso, eu estava  
182agilizando algumas coisas aqui no trabalho, e acabei me atrasando. A conselheira  
183Samara Freitas da Silva (Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do  
184Desenvolvimento Rural –SAR) continuou, acho na verdade interessante que tenham  
185mais participações das próximas reuniões, eles pediram os emails pra dar alguns  
186encaminhamentos, mas eu não recebi nada, não sei se vocês receberam, eu penso  
187que seja interessante nós entrarmos em contato com eles, eu sei que tinha a  
188representante do movimento negro do Estado, tinha inclusive uma professora da  
189UFSC, que está relacionado a uma pesquisa, um doutoramento na verdade que a  
190UFSC tem de monitoramento dos direitos humanos, pra ver se houve mais algum  
191encaminhamento, mas a discussão foi bastante proveitosa Presidente em exercício do  
192CONJUVE Gabriel Carlos de Souza e Brenda Neves Rodrigues (Juventude do Partido  
193dos Trabalhadores – JPT) que vocês estavam presentes. E a violência policial é uma  
194constante aí não só em nível de Santa Catarina, especificamente aqui na grande  
195Florianópolis, mas em nível de Brasil, os índices são alarmantes e essa é uma  
196discussão já de certa forma, bastante antiga dentro do CONJUVE, porque nós tivemos  
197em 2017, a apresentação de um relatório de um monitoramento que foi feito em nível  
198nacional, da violência contra jovens negros e pobres e, a partir desse documento foi  
199criado um grupo de trabalho, dentro do CONJUVE. E a partir deste documento houve  
200pelo menos uma proposta de encaminhamento daquele seminário e que também não  
201saiu do papel, mas eu penso que essa reunião que nós participamos no dia 24 de  
202março sobre o monitoramento dos direitos humanos, nessa violência policial em  
203específico eles trataram do Morro do Mocotó, o escopo ele é bem mais amplo, do que  
204essa especificidade, não foi tratado especificamente disso porque é um contexto bem  
205mais amplo, mas a importância que move enquanto conselho da juventude a gente  
206tenha essa preocupação também, porque são esses elementos que sofrem essa  
207violência policial são os jovens, jovens negros, jovens pobres, jovens periféricos, não  
208só aqui na grande Florianópolis, mas de todo o Estado de Santa Catarina, então essa  
209é aquela proposta do passado eu trago a tona de nós termos sempre esse contato  
210com o conselho da população afrodescendente, conselho da criança, que também a  
211gente sabe que tem faixa etária que apesar de estar dentro do conjunto do CONJUVE  
212ela também está dentro do conselho da criança, e que a gente possa organizar de  
213uma forma mais efetiva, um fórum, enfim, seja lá o nome que ele venha a ter mais pra  
214tratarmos dessas questões, de ações mais efetivas, a gente sabe que houveram



17ESTADO DE SANTA CATARINA

18SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

19CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE – CONJUVE/SC

20

21algumas reuniões, que na ALESC, foram puxadas por deputados enfim, que a  
22participação acabou sendo insuficiente, mas nós não podemos perder de vista, essa  
23temática, a gente espera que outras reuniões aconteçam nesse grupo. Foi bastante  
24proveitoso o encontro, fiquei bem empolgada com essa retomada, mas a gente acaba  
25não sabendo qual foi o encaminhamento, eu tinha algumas propostas de  
26encaminhamentos, uma sugestão de uma reunião com o comandante da polícia  
27militar, com corregedorias. O conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE  
28Gabriel Carlos de Souza comentou que foi bastante interessante averiguar que havia  
29um perfil desses jovens, eram doze jovens negros, não teve nenhum jovem branco pra  
30dizer que haveria uma porcentagem foi 100% dos jovens mortos naquela localidade ali  
31eram jovens negros, jovens periféricos, enfim, com defasagem escolar com um perfil  
32bem para ser assediado bem típico, que a gente já vem conversando sobre isso há  
33muito tempo, não é uma novidade, eu acho que pra ninguém que atua dentro das  
34áreas sociais seria uma novidade de afirmar ou falar qual seria esse perfil. Mariana  
35Taube Romero (Secretaria de Estado da Educação – SED) eu vejo como essencial  
36essa pauta que a Samara Freitas da Silva (Secretaria de Estado da Agricultura, da  
37Pesca e do Desenvolvimento Rural –SAR) traz e vejo também que precisamos criar  
38um mecanismo de contexto mais amplo dessa questão, porém vejo também que o  
39CONJUVE poderia atuar de forma mais específica nesses casos no sentido de como  
40que são esses inquéritos, dessas mortes e são em que instância, abriu inquéritos para  
41todas elas, de que maneira o CONJUVE, pode pressionar pra tentar criar uma  
42imparcialidade no sentido dessa investigação e coisas nesse gênero. Eu penso que  
43muitas vezes a atuação mais pontual pode trazer resultados maiores, melhores do que  
44abrir o contexto, pra uma questão mais ampla, a gente chega na questão mais ampla  
45a partir das discussões pontuais, da presença do CONJUVE, de forma mais pontual  
46nesse casos específicos, então esses jovens como foram e aconteceram essas  
47mortes, quem está investigando, está havendo investigação em que instância está isso  
48e de que maneira que o CONJUVE, poderia pressionar ou atuar nesse sentido e  
49outros conselhos. O Conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos  
50de Souza acho que a Mariana Taube Romero (Secretaria de Estado da Educação –  
51SED)traz umas contribuições bastante interessantes eu até veio na minha cabeça a  
52criação de um GT específico para discutir sobre isso, não sei se isso seria  
53interessante, não sei se todos apoiariam a criação ou se teria quórum para  
54participação. Mas talvez algumas indicações aqui na plenária, você traz algumas  
55contribuições bastante interessantes, de como a gente poderia fazer o  
56encaminhamento, seja questionando algumas coisas, ou pedindo conclusões de  
57relatórios para as instâncias responsáveis por prestar isso é importante dizer que a  
58polícia militar é o único órgão estatal, o único órgão do Estado que ela mesmo se  
59investiga, ela tem uma corregedoria própria e ela mesma faz as próprias  
60investigações, é a única no Estado, é algo no Estado que não possui uma terceira  
61avaliação, desde o poder executivo, aí ficaria a cargo do judiciário e do legislativo fazer  
62esse acompanhamento. Samara Freitas da Silva (Secretaria de Estado da Agricultura,  
63da Pesca e do Desenvolvimento Rural – SAR) disse que na verdade isso é em nível  
64de Brasil, a polícia militar é investigada por uma corregedoria que ela é militar e é  
65interessante essa colocação da Mariana Taube Romero (Secretaria de Estado da  
66Educação – SED), para que a gente possa ter esse grupo de trabalho, nessa linha de  
67acompanhar esses casos e a gente percebe claramente que é pontuado nesses  
68encontros que há um descontrole bastante grande da polícia militar nas comunidades  
69toda a incursão da polícia militar. É isso extremamente violenta e há um descaso  
70também bastante grande do governo do Estado em relação às atividades da própria  
71polícia militar e como Santa Catarina não consta no mapa da violência dentro  
72daqueles índices que em São Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados. Então o próprio  
73Estado fecha os olhos diante de uma realidade que é brutal porque a maioria dessas  
74mortes quando elas acontecem elas vem de uma forma de execução sumária e muito



## 21 ESTADO DE SANTA CATARINA

22 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

23 CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE – CONJUVE/SC

24

269 Isso foi levantado dentro desse encontro que há indício inclusive de tortura nesses  
270 jovens que são vítimas da polícia militar então veja um elemento do estado que era  
271 para garantir a segurança passa a ser uma ameaça e, efetivamente a polícia militar é  
272 uma ameaça para todos os cidadãos negros, pobres, periféricos, e é uma questão  
273 que precisa ser tratada, não podemos deixar de lado. Santa Catarina não consta no  
274 mapa da violência, mas a polícia militar ela é extremamente violenta, principalmente  
275 no que tange as comunidades periféricas, e aos jovens negros e pobres  
276 principalmente então é importante que a gente não perca isso de vista que realmente  
277 a gente crie um grupo ou uma forma de monitorar essas ações, verificar que tipo de  
278 encaminhamento o Estado deu para esses casos mas não só no caso de jovens,  
279 doze jovens que morreram no Mocotó no período de pandemia um período  
280 extremamente delicado, mas também naquela mesma semana da realização do  
281 seminário tivemos um estrangulamento de uma senhora na padaria num bairro  
282 periférico, uma abordagem extremamente violenta da PM e antes disso ela já havia  
283 abordado um jovem por tráfico de drogas, então todas as incursões da polícia ela tem  
284 esse caráter violento e perigoso e precisa ser discutido, precisa ser debatido e a gente  
285 precisa nós sozinhos não. O CONJUVE precisa ter um grupo de trabalho mas que ele  
286 esteja alinhado com outros conselhos que tem esse tema também como mote, pra  
287 que nós não passamos a repetir informações e reproduzir dados quem sabe não é  
288 necessário, a gente precisa ter unificado alguma coisas e a SDS é o órgão que vai  
289 trazer essa em detalhes essas informações pra nós e vai nos auxiliar a compilar e  
290 através desses conselhos fazer esses acompanhamento mais direto com que está  
291 acontecendo com esses casos porque de março pra cá vocês imaginam o quanto  
292 outras vidas foram perdidas nas mesmas circunstâncias que morreram aqueles doze  
293 jovens lá do Mocotó então violações dos direitos humanos, eu acabei esquecendo de  
294 trazer também para o nosso grupo maior o conselho dos direitos humanos então nós  
295 teremos quatro conselhos aí que poderiam estar alinhados e na verdade a gente teria  
296 que pensar no próprio conselho de segurança alimentar porque estes jovens não estão  
297 trabalhando, não estão estudando, não estão produzindo e como é que eles estão  
298 sobrevivendo, como é que eles estão se alimentando como é que eles estão, não para  
299 nós trabalharmos de forma separada desses demais elementos que compõe essa  
300 estrutura de conselho dentro da SDS. Uma conselheira acredita que a gente tem que  
301 estar alinhado, comentaram a educação o movimento negro no Estado também  
302 poderia estar presente e nos orientar mais porque querendo ou não a gente é um  
303 conselho branco, e aí agente estar mais alinhado por dentro dessa realidade apesar  
304 da gente ter muito contato com isso e esse grupo de trabalho tem que estar alinhado  
305 com essas frentes e estar sempre em contato também seria legal trazer eles e a idéia  
306 da Mariana Taube Romero (Secretaria de Estado da Educação – SED), a idéia do  
307 inquérito eu acho perfeito também, a questão do movimento negro unificado acredito  
308 que eles tenham uma cadeira dentro do conselho da população afrodescendente  
309 inclusive a gente tava passando da reunião acabei esquecendo de passar o nome dela  
310 é Lurdinha, faz parte do CEPO ali na verdade nós temos dentro do movimento negro  
311 vários segmentos também tem o movimento negro unificado e outras linhas, a gente  
312 tem que tomar cuidado para não puxar só um lado e trazer todos esses grupos pra  
313 que cada um deles tenham informações, não são informações divergentes mas elas  
314 somam ao nosso trabalho também, o Conselheiro Presidente em exercício do  
315 CONJUVE Gabriel Carlos de Souza perguntou à Samara Freitas da Silva (Secretaria  
316 de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural –SAR) o teu  
317 encaminhamento seria um GT coletivos entre os conselhos, Conselheira Samara, na  
318 verdade eu penso que nós deveríamos ter, na verdade nós já tínhamos no passado  
319 um grupo de trabalho das políticas na verdade seriam políticas públicas e nós não  
320 tínhamos um que era específico da violência, contra jovens negros e pobres era  
321 sempre dentro desse grupo de trabalhos as pessoas participavam alguns membros  
322 participaram de um grupo de trabalho, dentro do CEPA, era para analisar um



25ESTADO DE SANTA CATARINA

26SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

27CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE – CONJUVE/SC

28

323 documento do ano de 2017 e discuti essa questão da violência, em Santa Catarina  
324 então eu penso que poderia ser um grupo de trabalho de políticas públicas porque  
325 está dentro das políticas públicas e juntar informações e fazer abrir esse diálogo com  
326 esse grupo que seria responsável pela abertura desse diálogo com os demais  
327 conselhos e se houver a concordância desse conselho far-se-ia então um grande  
328 grupo e seria a marca de cada um desses conselhos. Não sei que acham disso se é  
329 possível fazer isso, mas eu acredito que seja, Conselheiro Presidente em exercício do  
330 CONJUVE Gabriel Carlos de Souza comentou uma frente de conselhos, a conselheira  
331 Samara Freitas da Silva (Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do  
332 Desenvolvimento Rural –SAR) comentou, pois é, não tem a frente parlamentar, nós  
333 poderíamos ter um bloco com representantes com cada um desses conselhos, que a  
334 gente fosse juntando essas informações, Conselheiro Presidente em exercício do  
335 CONJUVE Gabriel Carlos de Souza, a gente pode enviar ofício, sair daqui  
336 encaminhado para enviar ofício pra determinados conselhos e GT nosso próprio  
337 formato, pra começar a dar andamento a essas discussões, não só do Morro do  
338 Mocotó, mas de um todo. A conselheira Samara, todo e nós temos uma abrangência  
339 que ela é estadual, Conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos  
340 de Souza, não só da Grande Florianópolis, Conselheira Samara, tem cidades que são  
341 bastantes violentas, no caso de Joinville, Joinville tem bastante, todas essas cidades  
342 de litoral e também cidades do interior Lages, Chapecó, enfim, então seria alguma  
343 coisa que vai ser bastante trabalhoso porque a gente precisa fazer, vamos botar a  
344 mão na massa e começar, Conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel  
345 Carlos de Souza, comentou eu lembro ano passado do nosso GT, ano passado não  
346 em 2019, porque estava tendo aquele fluxo do madalena, aqui no Centro de  
347 Florianópolis a polícia estava indo com bastante violência, por conta da descida dos  
348 jovens do Morro, então estava se tornando um grande baile funk, ali na região da  
349 Hercílio Luz, e aí era 08:00h, 09:00h, da noite e a polícia chegava, tinha uma técnica  
350 da própria polícia militar que se chama progressiva, não é violência progressiva mas é  
351 dispersão progressiva, meu pai era policial militar e durante a minha vida eu fiquei  
352 estudando com ele. Ele tinha certa dificuldade a gente ficava conversando eu lia, hoje  
353 ele subtenente da polícia militar e de certa forma tive acesso há alguns métodos  
354 pouquíssimos, não sou nenhum perito mas eu lembro muito bem para cada fim, para  
355 cada finalidade a polícia militar ela tem uma técnica a ser empregada e isso é passado  
356 a todos policiais militares e naquele momento a gente estava discutindo o porque  
357 estava sendo utilizado essa técnica que de dispersão rápida, técnicas violentas que  
358 poderia e se nem foi tentada anteriormente, utilizar as técnicas menos abrasivas, de  
359 menos violência, quando a polícia chega e ela já chega com gás lacrimogêneos, algo  
360 que a gente precisa realmente pergunta o porquê? E naquele momento foi essa a  
361 pergunta que a gente fez, mas enfim, não sei como a gente pode fazer a votação, do  
362 GT da criação do GT, alguém tem alguma coisa contra, alguém tem algo que se  
363 antepõe, a criação de GT de políticas públicas, se ninguém tem nada a se opor eu  
364 acho que é unânime, a gente cria esse GT então e que a gente possa discutir em  
365 conjunto, não seu quem é que se dispõe a participar quais são os nomes: Mariana  
366 Taube Romero (Secretaria de Estado da Educação – SED), Samara Freitas da  
367 Silva (Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural –  
368 SAR), Brenda Neves Rodrigues (Juventude do Partido dos Trabalhadores – JPT) e  
369 Adrieli Albertti (Instituto Catarinense de Juventude –ICJ). A conselheira Mariana Taube  
370 Romero (Secretaria de Estado da Educação – SED), eu penso que é uma ajuda  
371 grande do CONJUVE, é essa né gente implora e está sempre a frente, monitorando  
372 essas ações e questionando trazendo o jurídico para estar do nosso lado, o que está  
373 acontecendo uma outra prática que não seja parcial, e das questões propriamente  
374 ditas assim, e monitora sempre, não vejo outra maneira, porque se não a gente acaba  
375 discutindo questões muito abrangentes, só importantíssima também o contexto é  
376 amplo, a questão é estrutural, de violência, de racismo institucional, violação. Mas vejo



29ESTADO DE SANTA CATARINA

30SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

31CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE – CONJUVE/SC

32

377que essas questões de monitoramento, é bastante proveitoso, no sentido da gente  
378fazer e acontecer, tanto no comportamento. O conselheiro Presidente em exercício do  
379CONJUVE Gabriel Carlos de Souza, falou Mariana, Brenda então e o Felipe Candin  
380dos Santos Fuentes (Cáritas) falou que na verdade é o seguinte não é uma oposição  
381ao GT, eu só acho que ele deveria ser um pouco mais específico, porque assim o  
382conselho é trabalho de políticas públicas e, a gente tem que discutir aqui, se a gente  
383está patinando, em algumas coisas que deveriam já estar pronta, as questões que são  
384importantes, a lei e o regimento interno, e não estamos conseguindo avançar no  
385debate de políticas públicas, aí temos que avaliar, mas o GT assim, esse nome do GT  
386não estou entendendo que não é necessariamente isso, um GT de trabalho de  
387políticas públicas, o GT de trabalho de políticas públicas é o próprio conselho, trago  
388isso para o grupo para debater. Mas eu entendo que debater política pública é dentro  
389do próprio conselho, não sei se é um GT específico, agora debater a violência  
390institucional empregada contra jovens, isso pode ser um GT, o racismo, a questão de  
391gênero, todas essas outras situações, agora um GT de trabalho de políticas públicas  
392eu acho que não seria isso. Conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE  
393Gabriel Carlos de Souza, violência policial contra jovens ou violência contra jovens.  
394Conselheiro Felipe, institucional talvez, não só policial, o policial segue ordens,  
395institucional é o Estado que reprime. Uma conselheira colocou se você especificar as  
396demais violências, isso acaba deixando as demais violências que o Estado comete  
397contra essa população jovem de fora e a violência policial ela é consequência da  
398própria forma com que esses policiais são treinados, eles não são treinados para  
399garantir a segurança, para acolher e orientar, eles acabam sendo treinados para essas  
400pequenas ações, que vão terminar numa morte, numa tortura enfim, todos esses  
401casos que a gente vem acompanhando aí, não só em nível de Santa Catarina mas em  
402nível de Brasil, já viram o Estado do Rio de Janeiro como é que está, é violência de  
403todas as formas de violências, cometidas pelo Estado contra a sua população.  
404Conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza, temos a  
405Mariana e a Brenda disposta a participar mais alguém. Conselheira Samara,  
406respondeu eu posso participar se eu puder lembrando que eu sou suplente, eu tenho  
407participado pra poder acompanhar e na hora da ausência da titular eu estar a par do  
408processo. Conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza  
409eu iria me colocar a disposição também pra ficar o mesmo grupo do GT de legislação,  
410e o mesmo indicou a Adrieli Albertti (Instituto Catarinense de Juventude –ICJ), então  
411ficou aprovado a criação do GT temos: a Mariana, Brenda, Samara e o Presidente em  
412exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza. A Secretária do CONJUVE –  
413Noemia Schuch Wickert perguntou como é que fica o nome do GT? Conselheiro  
414Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza, Violência institucional  
415contra jovens. O mesmo Conselheiro podemos ir ao terceiro ponto de pauta (retorno  
416do segundo), o PL Auxílio Emergencial em Santa Catarina: Eu encaminhei lá no grupo,  
417ele é uma iniciativa popular de 32 instituições sociais de Santa Catarina, que estão  
418enxergando a necessidade dentro do Estado, da renda mínima por parte do Governo  
419do Estado, então essas 32 entidades entre elas está: A Pastoral da Juventude, da  
420sobriedade, da igreja católica, mas tem também a União Catarinense da Classe dos  
421Estudantes, a CUT que está aqui também, que assinou a criação desse projeto de lei  
422e enfim, outras entidades ai que compõem, esse projeto cria uma renda mínima dentro  
423do Estado de Santa Catarina via gabinete do deputado Fabiano da Luz, o mesmo  
424acolheu esse projeto e está apresentando na Assembleia Legislativa, nesse momento  
425ele já passou pela comissão de constituição e justiça, que logo em seguida foi enviado  
426ao Governo do Estado para a Secretária da Fazenda dar um posicionamento, frente  
427ao andamento desse PL, enfim ele justifica a sua necessidade de criação de exemplos  
428de onde pode estar sendo retirado esse dinheiro e para quais seriam as faixas de  
429salários, faixas de pessoas que seriam contempladas com esse projeto de renda  
430mínima, eu proponho que a gente, enquanto CONJUVE talvez até possamos



33ESTADO DE SANTA CATARINA

34SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

35CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE – CONJUVE/SC

36

431encaminhar ao GT do conselho de legislação escrever, que possamos fazer um ofício  
432ou uma nota pública, dizendo que somos favoráveis a criação dessa lei no Estado, eu  
433enquanto Pastoral da Juventude, a gente tem um carinho tão grande por essa pauta,  
434por conta das recentes declarações do Papa Francisco, que tem incentivado que  
435países do mundo todo criem renda mínima universal para todos os seus cidadãos,  
436então se a gente conseguisse aprovar dentro do Estado de Santa Catarina, seria muito  
437interessante, eu entendo que às vezes uma nota ou uma moção de apoio não tem  
438uma grande relevância, claro que tem o conselho se posicionando frente a algo, com  
439toda certeza tem, mas não um poderio decisório, mas eu entendo como sendo  
440importante que esse coletivo se pronuncie, consiga de certa forma falar, deixar claro  
441que esse não é uma pauta desse coletivo, de acordo com a moção importantíssima a  
442aprovação de uma renda mínima em Santa Catarina, podemos aprovar, alguém se  
443opõe a essa moção, não havendo manifestação fica aprovada a moção aí de apoio a  
444criação do projeto, encaminhado pelo GT de legislação possa ajudar a escrever a  
445moção, fazendo as ponderações que achar necessária, aprovado esse ponto, temos o  
446Conselheiro Donizete de Souza Bittencourt (Universidade do Estado de Santa  
447Catarina – UDESC) que ele propõe um ponto de pauta. 4) **Juventude Empreendedora**  
448do conselho nacional, o conselheiro, comentou que a reunião foi na semana anterior.  
449O Programa Juventude Empreendedora é um projeto, para qualificar jovens em  
450vulnerabilidade, o mesmo conselheiro colocou o link no chat, par melhor visualizarem,  
451e nesse momento eles querem fazer as inscrições, para fazer uma prévia de vários  
452jovens, em que eles propõem até dar uma consultoria, para que eles tirem seus  
453projetos de sonho para realização dos mesmos, no primeiro momento a inscrição é  
454ilimitada e após as aulas que serão de 24 a 28 de maio de 2021, eles selecionarão um  
455número de 50 jovens para dar todo apoio necessário para que eles possam ser futuros  
456empreendedores, eles solicitaram a divulgação, sendo que o Gestor será o Estado que  
457vai ter login e senha, esse login e senha poderá ser para os conselhos municipais, é  
458possível o CONJUVE estar divulgando esse programa para os jovens se inscreverem,  
459e o Estado que tiver mais inscrições proporcionalmente terá mais 10 vagas das que  
460forem selecionadas. O conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel  
461Carlos de Souza citou que tem uma gama de instituições que apoiam o projeto e  
462também participam do nosso conselho estadual, e que a gente tem representação aqui  
463em Santa Catarina, eu não sabia que era uma iniciativa do Conselho Nacional da  
464Juventude, acessando o site que eu consegui entender que faz parte inclusive do  
465Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. O conselheiro questionou como fica a  
466participação nesse projeto. A Secretária do CONJUVE – Noemia Schuch Wickert  
467respondeu que a participação depende dos municípios, dos conselhos, tem que fazer  
468a pactuação assim como o Estado também, de estar publicando e mobilizando, os  
469jovens tem a parte deles para se inscrever, e naquelas datas terá o curso à noite todos  
470os dias, das 19h às 22h, terá esses seis ou sete dias de curso, e o jovem tem o sonho  
471de fazer o seu próprio negócio de empreendedorismo, eles vão dar todas essas dicas  
472para o jovem montar o seu próprio negócio, assim eles devem lançar a sua ideia, e  
473eles vão trabalhar essa ideia do jovem, é uma forma de amenizar a condição social,  
474que estamos vivendo numa pandemia, de estar qualificando os jovens e é totalmente  
475gratuito, tanto para o público alvo que vai receber esse curso tanto também os  
476Estados e Municípios, eu penso que é uma ideia boa ainda mais nesse momento que  
477estamos vivendo, tudo é bem vindo. O Conselheiro Presidente em exercício do  
478CONJUVE Gabriel Carlos de Souza, entendi a participação do curso, só não entendo  
479a participação das entidades como é que se daria, irei pesquisar no site para entender  
480um pouco mais. A Conselheira Samara, teriam um incentivo ou seria meramente  
481divulgador, meramente não no sentido pejorativo, auxiliaram na divulgação ou eles  
482estariam envolvidos na capacitação desses jovens, eles vão treinar apenas esses  
483jovens ou eles vão abrir linhas de créditos para incentivar esses jovens. A Secretária  
484do CONJUVE, eles explicam caminhos que vai ter linhas de créditos também, após o



37ESTADO DE SANTA CATARINA

38SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

39CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE – CONJUVE/SC

40

485 curso, também tem haver quantos jovens se inscreverão, quantos jovens os Estados  
486 vão conseguir, terão os benefícios. A conselheira Ivanda Masson (Secretaria de  
487 Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural – SAR) disse que foi  
488 bem colocado pela Samara, que na verdade são vagas limitadas para essas  
489 orientações. A Secretária do CONJUVE, sim eles querem que as pessoas se  
490 inscrevam para que sabe ter mais esses benefícios, eles querem que quantos mais se  
491 inscrevam tem mais benefícios e tem as linhas de créditos também, os detalhamentos  
492 estão no site: [www.juventudeempreendedora.com](http://www.juventudeempreendedora.com). A conselheira Ivanda Masson  
493 (Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural – SAR) a  
494 exemplo do que trabalhamos na EPAGRI, nós trabalhamos com jovens  
495 empreendedores eles fazem parte de um curso que é até oportunamente nós  
496 apresentamos qual é a proposta que nós temos com os jovens rurais e pescadores,  
497 dentro desse processo de capacitação eles fazem um projeto e esse processo ele  
498 geralmente uma linha de crédito ou um incentivo com algum programa que foi o caso  
499 do SC rural, que oportunizou o início financeiro, um apoio financeiro, como estímulo  
500 porque tão somente trabalhar a possibilidade de empreender isso sem um recurso  
501 inicial, olha pela experiência que nós temos há sete anos, trabalhando com jovens  
502 empreendedores é bastante difícil, bem complexo essa questão porque a gente pode  
503 até estimular, o princípio, constituir o negócio próprio, sem um incentivo financeiro, não  
504 conseguimos ir para frente, então traz uma preocupação de uma prática que nós  
505 temos e uma dificuldade sentida, dentro do trabalho que nós executamos. A  
506 conselheira Samara Freitas da Silva (Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e  
507 do Desenvolvimento Rural – SAR) justamente até porque não querer ser pessimista e  
508 já sendo das práticas dessa prática de experiência dentro da EPAGRI e na Secretaria,  
509 nós temos um fundo de desenvolvimento rural, e através do FDR os jovens  
510 conseguem acessar as linhas de créditos, para colocar esse projeto de vida em  
511 prática, geralmente esse jovem já tem uma estrutura, que é da família, tanto que é a  
512 estrutura familiar e aí ele vai desenvolver um projeto dentro de uma estrutura  
513 existente. Eu olhei no empreendedorismo 2.1, eu vejo que é uma capacitação,  
514 treinamento dos jovens, provavelmente jovens oriundos de uma situação de  
515 vulnerabilidade e aí você cria uma expectativa e não nenhuma linha de crédito e nem  
516 a própria secretaria pensa em dar, porque a Secretaria enquanto uma estrutura estatal  
517 ela tem que pensar nisso, de que forma nós vamos fazer trazer para dentro da  
518 secretaria um fundo, para apoiar essas iniciativas de jovens, onde nós vamos buscar  
519 amparo dentro do Estado, para apoiar esses jovens que farão esses cursos, eles não  
520 fazem só através desse 2.1, tem outras escolas oferecendo esses cursos de  
521 empreendedorismo, realmente para não ser aquela coisa frustrante é interessante que  
522 eles tenham um pouco de incentivo financeiro. Tenho receio de divulgar essas coisas  
523 que vem do Governo Federal, tem alguma coisa para constar como um número de  
524 algo que foi feito para juventude e efetivamente não se faz nada. Eu fico bastante  
525 decepcionada com isso porque o jovem precisa sim de ter um apoio para dar o ponta-  
526 pé inicial e ficar fornecendo o mínimo necessário que precisa ter, caso contrário ele  
527 vai continuar da mesma forma como ele começou. Também tem a pesquisa que se o  
528 jovem tiver consciência ele nem responde. A Conselheira Ivanda Masson (Secretaria  
529 de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural – SAR), eu concordo  
530 nem é pessimismo, é a realidade que a gente vive, e fico bem preocupada em divulgar  
531 algo que daqui a pouco, pela realidade de vida que nós temos não adiante. Tem que  
532 ter um aporte financeiro e eles já vão se interessar se tiver o aporte financeiro, tem  
533 que viabilizar, não basta só instruir. A conselheira Samara Freitas da Silva (Secretaria  
534 de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural – SAR) falou que o  
535 pessoal do CONJUVE tem mais propriedade de falar sobre os jovens urbanos e  
536 periféricos e falou que trabalha com jovens rurais e lá também tem as cidades  
537 periféricas, municípios com baixos IDH, se esses jovens não tem um incentivo  
538 financeiro ao final e se eles não saem de lá com aquilo que eles produziram, acredito



41 **ESTADO DE SANTA CATARINA**

42 **SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

43 **CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE – CONJUVE/SC**

44

539 que não seja interessante apenas treinar. Conselheiro Presidente em exercício do  
540 CONJUVE Gabriel Carlos de Souza é importante ter todas as pessoas da sociedade  
541 civil na foto, Marcos Barão ele esteve aqui na nossa posse e mesa diretora, enfim os  
542 representantes do CONJUVE Nacional e outro servidor do CNJ. Sem máscara e dessa  
543 maneira podemos ver como foi o lançamento do projeto. A conselheira Ivanda Masson  
544 (Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural – SAR)  
545 nós temos um projeto de acompanhar esses jovens e a família no mínimo 5 anos, para  
546 que ele possa desenvolver o projeto, de uma forma técnica e que abranja a plenitude  
547 de aplicação desse projeto, pelo que vi este seria um aporte de orientação por três  
548 meses, e o aporte que faz nosso trabalho ser feito do jeito que é, é o  
549 acompanhamento, no pós-curso é estarmos juntos com o jovem e com a família, a  
550 grande questão das políticas públicas às vezes é que tentam encaixar os jovens as  
551 políticas e as políticas precisam se encaixar com a realidade dos jovens. Tamara  
552 Regina Campos Pinheiro, membro da União Catarinense das e dos Estudantes -UCE  
553 disse que é importante ter o Conselho Estadual da Juventude cumprindo essa pauta  
554 com a gente, no mês passado apresentamos um projeto de lei em parceria com o  
555 Deputado Fabiano da Luz, sobre o projeto de auxílio emergencial e renda mínima,  
556 porque fizemos esse complemento, porque o auxílio emergencial é uma política de  
557 curto prazo, dentro do momento da pandemia do COVID-19 que nós estamos vivendo,  
558 e o debate da renda mínima é apresentado a longo prazo, uma estrutura social  
559 financeira para as pessoas e as famílias que foram afetadas nesse momento. Falamos  
560 com o NECATE, um núcleo de estudos voltado à economia catarinense na UFSC,  
561 sobre como poderia estruturar o debate sobre a renda mínima. No projeto de lei para  
562 não se tornar impraticável, não podemos colocar o valor que gostaríamos, da renda  
563 mínima ou auxílio emergencial, não podemos apresentar ao Estado um projeto de lei  
564 quanto ele pode gastar e a quantidade que ele deve gastar. Mas podemos apresentar  
565 ao Estado uma perspectiva política, de um projeto de lei de assistência social, junto ao  
566 NECATE, apresentamos uma perspectiva política quando a gente conversou com os  
567 deputados, com a imprensa, no Estado de Santa Catarina hoje temos  
568 aproximadamente 400 mil pessoas, o NECATE já tem algum comprovado que Santa  
569 Catarina tende a aumentar a desigualdade social e empobrece o Estado em nível  
570 alarmante, que não é visto desde 1990, são dados que o Núcleo de Economia  
571 Catarinense, que precisamos estar na ponta para defender esse projeto de lei, o  
572 NECATE apresenta que Santa Catarina tem a possibilidade para todas as famílias  
573 desempregadas no Estado de Santa Catarina, um salário mínimo, ele apresenta que  
574 Santa Catarina bonifica, mais de 11 mil empresas de grande porte no Estado, tirando a  
575 isenção de imposto no Estado, esse ano isso será de aproximadamente 14 bilhões de  
576 reais. O salário mínimo, que poderia ser ofertados ao número de desempregados não  
577 chega a 3% que o Estado anualmente se isenta do imposto dessas empresas. Muitas  
578 pessoas acham que isso seria uma política que afundaria a economia do Estado de  
579 Santa Catarina, e na verdade é uma política que ajuda a desenvolver e diminuir a  
580 longo prazo o índice de empobrecimento social. Existe um artigo falando sobre isso,  
581 essa narrativa que deve ser apresentada na defesa da renda mínima, isso não é um  
582 projeto de lei que acaba diminuindo o poder econômico do Estado de Santa Catarina e  
583 sim trazendo para a sua população uma renda que ela precisa para existir, para se  
584 manter, esse projeto de lei foi apresentado pensando nas famílias, nas pessoas que  
585 foram afetadas diretamente com a morte na pandemia, quantos pais, mães, avós, que  
586 foram provedores dos seus lares. Então isso é apresentado para a secretaria de  
587 assistência social, precisa estar envolvida com esse projeto de lei, precisa pegar os  
588 dados da assistência social, as famílias que recebem o bolsa família, cruzar esses  
589 dados com as famílias que foram afetadas pelo COVID-19, quantas essas famílias  
590 estão em miséria total, onde seus provedores faleceram, como o Estado está dando  
591 assistência para esses avós que faleceram e ajudavam na renda da família com sua  
592 aposentadoria, como que está o mercado de trabalho real, o mercado formal no



45ESTADO DE SANTA CATARINA

46SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

47CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE – CONJUVE/SC

48

593 Estado de Santa Catarina, segundo o NECATE é uma tendência nunca vista antes.  
594 Como o Estado de Santa Catarina vai sofrer com o crescimento no emprego informal e  
595 o déficit de emprego formal, e isso vai empobrecer muito a população, e as pessoas  
596 mais afetadas nessa margem recebiam até 3 salários mínimos. Muita gente que será  
597 afetada com toda essa estrutura pandêmica e esses caos econômico que a gente está  
598 vivendo. Esse projeto de lei é um projeto muito necessário para o Estado de Santa  
599 Catarina, ele é um projeto de cidadania, humanitário, a renda da família é algo  
600 estrutural então se essas pessoas não tem acesso, ao mínimo que é um salário  
601 mínimo, por membro de sua família, que está desempregado, é básico que  
602 precisamos ter hoje no Estado de Santa Catarina, e a gente tem condições financeiras  
603 sim de construir, pois essas 11 mil empresas que por ano abatem 14 bilhões de reais  
604 no Estado de Santa Catarina de impostos, não existe conhecimentos da lista dessas  
605 empresas é uma caixa preta do governo estadual não do governo atual, da estrutura  
606 do Estado de Santa Catarina e muitas delas acabam diminuindo o poder aquisitivo de  
607 pequenas empresas, um exemplo é a Havan, ela é uma empresa grande, mas por  
608 muitas vezes ela acaba fechando o comércio em volta, quando ela se coloca dentro de  
609 alguma determinada cidade. Foi solicitado para o Conselho Estadual da Juventude  
610 divulgasse o projeto, o slogan do projeto é "quem tem fome tem pressa", como não foi  
611 possível fazer um projeto de cunho popular, em função da pandemia, burocracia, aí  
612 resolvemos fazer em parceria com o Deputado Fabiano da Luz que deu toda estrutura  
613 política para protocolar o projeto, que foi escrito pela juventude. É um projeto  
614 importante para o Estado, e também mostra como a juventude do Estado de Santa  
615 Catarina está comprometida, com a luta e a necessidade do povo catarinense. O  
616 Conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza, nós  
617 recebemos um ofício da gerência da juventude nº 14/2021, o ofício o mesmo fala da  
618 representação indígena, o ofício foi enviado aos conselheiro e lido na reunião. A  
619 representação indígena não está participando das reuniões do CONJUVE. O  
620 Conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel Carlos de Souza falou  
621 AEIUFSC está contemplada, com cadeira no conselho, e que podemos fazer  
622 encaminhamento. A conselheira Pricila Cristina Baade (CUT-SC), a AEIUSFC se  
623 inscreveu no dia da eleição e até o momento não participou das reuniões do conselho.  
624 A Secretária do CONJUVE disse que recebeu o ofício de indicação da AEIUFSC para  
625 ser publicado no diário oficial com os dados. O conselheiro Presidente em exercício do  
626 CONJUVE Gabriel Carlos de Souza solicitou para enviar um ofício as entidades  
627 reforçando a participação deles, no conselho. A importância da luta negra para esse  
628 conselho. A Secretária do CONUVE em relação os documentos da gerência, para  
629 solicitar na próxima plenária, em maio, a presença dessas autoridades, Ministério  
630 Público Federal, FUNAI, Conselhos dos Povos Indígenas e as Populações  
631 Afrodescendentes. O Conselheiro Presidente em exercício do CONJUVE Gabriel  
632 Carlos de Souza foi aprovado um convite as autoridades a participarem da próxima  
633 plenária, e um ofício da representação negra e indígena. 4 Informes: A Secretária do  
634 CONJUVE informou que a frequência dos conselheiros e entidades no início e metade  
635 de março, foi solicitado a substituição de conselheiros suplentes, da Secretaria de  
636 Estado da Administração Prisional e Socioeducativa; Leila substituída pelo conselheiro  
637 Euler, suplente da Juventude do Partido dos Trabalhadores, conselheira Ana Beatriz,  
638 será substituída pela conselheira Daniely Ramos Luz, o pedido da substituição já foi  
639 pedido para publicar no diário oficial, os indicados podem participar das reuniões, pois  
640 a publicação será retroativa. Solicito também as atas, foi acordado para assinar  
641 eletronicamente, para que tenham validade jurídica, porém ao enviar por email  
642 algumas pessoas passaram email de forma errada, e se um email estiver errado, as  
643 assinaturas não validam. Solicito que enviem seus emails para a secretaria dos  
644 conselhos. Socializando, todo mês os gestores estaduais da juventude a gerência tem  
645 uma reunião com a Secretaria Nacional da Juventude, nessas reuniões eles trazem os  
646 ministérios para socializar os trabalhos, nessa última reunião foi o Ministério da Saúde,



49ESTADO DE SANTA CATARINA

50SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

51CONSELHO ESTADUAL DA JUVENTUDE – CONJUVE/SC

52

647falando da vacinação e o enfrentamento a COVID-19 com a juventude, ficou acordado  
648que na próxima semana vai ter uma reunião para definir as ações dos Estados, quanto  
649ao enfrentamento da COVID-19, por parte da juventude e também nessa reunião foi  
650apresentado à cobertura vacinal, os jovens não foram se vacinar, as vacinas  
651obrigatórias, não está tendo uma vacinação efetiva nos jovens que essa faixa etária  
652precisa estar tomando, em função da pandemia. Nesse momento não se falou mais  
653em conferência estadual, municipal e nacional, a gerência de política, adolescente e  
654jovens, já realizou 2 reuniões, com as associações dos municípios para a  
655sensibilização dos municípios quanto a política de juventude e para que eles criem os  
656conselhos municipais da juventude, os que tem reativem e os outros criem esses  
657conselhos, e ver na secretaria onde fica a política da juventude, foi feita reunião com a  
658Associação dos Municípios do Vale do Itajaí-AMAVI e Associação dos Municípios do  
659Alto Uruguai Catarinense-AMAUC, na próxima semana será feira com a Associação  
660dos Municípios da região Serrana-AMURES. Eu, Donizete de Souza Bittencourt, lavrei  
661a presente ata.

662

663

Florianópolis, 29 de abril de 2021.

664

665

666

667

668

669

---

Donizete de Souza Bittencourt  
2º Secretário da Mesa Diretora do CONJUVE

670

671

672

673

674

675



Datas e horários baseados no fuso horário (GMT -3:00) em Brasília, Brasil  
**Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)**  
Certificado de assinatura gerado em 31/05/2021 às 12:53:47 (GMT -3:00)

Ata da 35ª Reunião Ordinária.doc

ID única do documento: #969cb57a-0dcf-4fb1-948d-f6e9657b1554

Hash do documento original (SHA256): 7e52dbfae5a9b2ae14f02b208145af0cb404588932ee218ffc29fbc943d264a

Este Log é exclusivo ao documento número #969cb57a-0dcf-4fb1-948d-f6e9657b1554 e deve ser considerado parte do mesmo, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso.

## Assinaturas (4)

- ✓ **Gabriel Carlos de Souza (Participante)**  
Assinou em 02/06/2021 às 16:57:30 (GMT -3:00)
- ✓ **Noemia Schuch Wickert (Participante)**  
Assinou em 31/05/2021 às 12:55:25 (GMT -3:00)
- ✓ **Silney de Aquino Silva Junior (Participante)**  
Assinou em 31/05/2021 às 13:33:31 (GMT -3:00)
- ✓ **Donizete de Souza Bittencourt (Participante)**  
Assinou em 31/05/2021 às 13:42:31 (GMT -3:00)

## Histórico completo

### Data e hora

31/05/2021 às 12:55:25  
(GMT -3:00)

### Evento

Noemia Schuch Wickert (Autenticação: e-mail conjuve@sst.sc.gov.br; IP: 200.19.200.183) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

**Data e hora**

31/05/2021 às 13:42:31  
(GMT -3:00)

**Evento**

Donizete de Souza Bittencourt (Autenticação: e-mail donizete.bittencourt@udesc.br; IP: 189.34.7.196) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

31/05/2021 às 12:53:48  
(GMT -3:00)

Noemia Schuch Wickert solicitou as assinaturas.

31/05/2021 às 13:33:31  
(GMT -3:00)

Silney de Aquino Silva Junior (Autenticação: e-mail silneydeaquino@gmail.com; IP: 177.204.36.156) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.

02/06/2021 às 16:57:32  
(GMT -3:00)

Documento assinado por todos os participantes.

02/06/2021 às 16:57:30  
(GMT -3:00)

Gabriel Carlos de Souza (Autenticação: e-mail gabrielcarlossouza@hotmail.com; IP: 200.193.90.219) assinou. Autenticidade deste documento poderá ser verificada em <https://verificador.contraktor.com.br>. Assinatura com validade jurídica conforme MP 2.200-2/01, Art. 10o, §2.